



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

Disciplina de “Economia do Desenvolvimento”

A Grande Transformação: **Alcance e actualidade da obra de Karl Polanyi¹**

por

António Eusébio Pereira Cardoso Martins



Resumo

Polanyi acreditava que, em tempos de crise, uma ética de solidariedade e de responsabilidade convoca as pessoas a defenderem a sua comunidade, a sua habitação e o seu ambiente natural. Esta ética de solidariedade constituía a origem social do que Polanyi designava por duplo movimento, teoria que alicerça a sua obra maior *A Grande Transformação*. Os esforços bem sucedidos de imposição de limites ao sistema de mercado auto-regulável, desenvolvidos a partir de meados do século XIX, assumiram-se como exemplo da existência daquela contra-corrente. Polanyi demonstrou também que, antes da chegada do capitalismo industrial e do mercado auto-

¹ Trabalho efectuado no âmbito da cadeira de Economia do Desenvolvimento do Mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, no ano lectivo de 2006/2007.

regulável, as actividades económicas estavam incrustadas na sociedade, servindo, assim, para fortalecer os laços sociais entre as pessoas, a sua matriz cultural e a sua identidade colectiva. Actualmente, faz-se sentir um novo contra-movimento em resposta à actual globalização do sistema de mercado livre. Deparamo-nos com ele sobretudo nos sectores mais desfavorecidos das sociedades, mobilizando pessoas na criação de modelos de desenvolvimento económico alternativos, de escala reduzida, que, para além de aliviarem as suas dificuldades económicas, geram uma consciência de solidariedade comunitária e social. O movimento é reconhecidamente pequeno, mas existe.

Índice

Introdução	
1. A Teoria do Duplo Movimento de Karl Polanyi	4
1.1. O Argumento Histórico	7
1.2. O Argumento Antropológico	12
2. Alcance e Actualidade da Obra de Karl Polanyi	15
2.1. A Descoberta da Sociedade	16
2.2. Para Além do <i>Homo Oeconomicus</i>	19
2.3. A Relevância Contemporânea de Karl Polanyi	22
Conclusão	
Bibliografia	

Introdução

O capitalismo dos nossos dias tem revelado as suas contradições internas, produzindo desemprego massivo e desarranjos económicos em muitos países desenvolvidos e causando a agudização da pobreza no mundo em

desenvolvimento. A disseminação da pobreza tem provocado vagas de emigrantes e aqueles que não partem estão cada vez mais inquietos e revoltados. Mesmo no Ocidente, as pessoas postas de lado pelo capitalismo contemporâneo fazem ouvir mais alto a voz do seu descontentamento. As preocupações ambientais assolam as nossas consciências e levantam questões que, hoje por hoje, não têm resposta.

Alguns economistas questionam as concepções que herdaram e se estas serão as mais adequadas para interpretar aquilo que se passa actualmente no mundo. Terão alguns pensadores sido considerados de forma menos séria apenas pelo facto das suas propostas não se enquadrarem no paradigma dominante? Será que podemos encontrar auxílio nos contributos de académicos que foram lidos demasiado depressa no passado? Karl Polanyi, economista, historiador económico e antropólogo, é um dos autores mais revisitados, cuja obra maior, *A Grande Transformação*, publicada em 1944 e traduzida para muitas línguas, se assume como uma referência no domínio das ciências sociais e da economia política. *A Grande Transformação* retrata a história do mercado auto-regulável: o seu surgimento com a Revolução Industrial do final do século XVIII e princípio do século XIX, antes da qual os mercados eram encarados apenas como acessórios da vida económica, sendo o sistema económico absorvido pelo sistema social; a sua promoção através dos esforços de economistas liberais e estadistas ingleses nas primeiras décadas do século XIX; e, finalmente, o seu declínio como consequência de uma reacção protectora para contrabalançar as consequências que o mercado auto-regulável havia propagado.

Na primeira parte deste trabalho, descreverei a teoria do duplo movimento de Karl Polanyi, apresentada na sua obra *A Grande Transformação*, teoria que pode ser sintetizada, precisamente, como a tensão e o conflito contínuos entre, por um lado, os esforços para estabelecer, manter e difundir o mercado auto-regulável e, por outro lado, os esforços tendentes a proteger, sob a forma de um contra-movimento, as pessoas e a sociedade das consequências trazidas pelo funcionamento do mercado auto-regulável. Na segunda parte, explorarei algumas

das ideias de Karl Polanyi numa tentativa de defesa da relevância contemporânea deste autor e procurarei demonstrar que, nos dias que correm, são vários os sinais da existência de um contra-movimento enquanto resposta à globalização do sistema de mercado livre.

1. A teoria do duplo movimento de Karl Polanyi

Na sua obra *A Grande Transformação*, Karl Polanyi analisa a crise da sociedade moderna. Ele não sustenta que esta sua análise seja completamente original já que encontra alguns aspectos dela no pensamento do reformista social do século XIX, Robert Owen. Este pensador defendia que o novo capitalismo havia causado não só o empobrecimento material dos trabalhadores mas também o rompimento da cultura ética à qual os trabalhadores pertenciam e através da qual definiam a sua identidade. Owen foi dos primeiros a reconhecer que as instituições económicas têm um impacto no auto-reconhecimento cultural das pessoas. Ele advogava (e chegou mesmo a estabelecer) uma organização alternativa da produção industrial, que permitisse aos trabalhadores definir as suas vidas através do respeito mútuo e da cooperação. Estas foram ideias que Polanyi perseguiu de uma forma sistemática.

Em *A Grande Transformação*, Polanyi apresenta-nos um exame crítico do capitalismo industrial erigido na Inglaterra do início do século XIX. Ao passo que Karl Marx acusou o capitalismo de explorar os trabalhadores, Polanyi, ainda que não tenha negado esta exploração, concentrou-se nas consequências culturais desumanizantes do sistema de mercado livre. O predomínio do mercado desregulado afastava as pessoas do enquadramento sociocultural que constituía a matriz da sua existência humana. No passado, sustenta Polanyi, a actividade económica estava incrustada nas relações sociais que definiam a comunidade como um todo. O que o mercado auto-regulável trazia de novo (e, ao mesmo tempo, de ameaçador) era a “desincrustação” da economia da sua base social e a

criação de uma alienação cultural generalizada entre os trabalhadores, deixando a sociedade e o ambiente natural sem protecção. Esta “desincrustação” da actividade económica das relações sociais das pessoas é um conceito essencial na análise de Polanyi.

O mercado auto-regulável, glorificado na Inglaterra do final do século XVIII e legalmente constituído pelo *Poor Law Reform Act* em 1834, era uma novidade na história humana. Polanyi analisa o impacto destrutivo do novo sistema económico, centrando-se na transformação do trabalho e da terra em mercadorias. No novo capitalismo industrial, tanto o trabalho (seres humanos) como a terra (o ambiente natural) eram comprados e vendidos, usados e destruídos, como se fossem meras mercadorias, apesar de não serem, de forma alguma, produtos da indústria. Eles eram mercadorias apenas de um modo fictício. No que diz respeito à mercantilização da terra, é curioso notar que Polanyi, já na década de 40 do século XX, chama a atenção para a devastação ecológica trazida pelo mercado auto-regulável: “A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios (...) e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas” (Polanyi, 2000: 95).

Na sua crítica da economia emergente, Polanyi transcende o debate tradicional entre capitalismo e socialismo. O objecto da sua crítica prolongada é o sistema de mercado auto-regulável. Polanyi vê os mercados como instituições importantes: as sociedades complexas não podem existir sem eles. Ele não tem qualquer simpatia pela economia centralizada defendida e posta em prática na União Soviética comunista. Todavia, Polanyi estabelece uma distinção entre mercados e sistema de mercado, opondo-se à integração de todos os mercados numa única economia nacional ou internacional. O sistema de mercado era um fenómeno moderno. O que preocupava Polanyi, e aquilo que ele criticava veementemente, era o sistema de mercado auto-regulável – uma economia de mercado não sobredeterminada pela sociedade, operando tão-somente de acordo com a lei da oferta e da procura.

A análise do capitalismo industrial da Inglaterra do século XIX não se detém, contudo, neste resultado negativo. Polanyi mostra-nos com bastante pormenor que, após um período relativamente curto durante o qual o mercado permaneceu desregulado, um contra-movimento político e cultural emergiu em Inglaterra. Remontando ao final da década de 40 do século XIX, este movimento procurou proteger a sociedade – tanto as pessoas como a terra – das forças de mercado não controladas. “Um mercado de trabalho competitivo”, escreve Polanyi, “só foi estabelecido na Inglaterra após 1834; assim, não se pode dizer que o capitalismo industrial, como sistema social, tenha existido antes desta data. Quase imediatamente, porém, a autoprotecção da sociedade manifestou-se – surgiram leis fabris e uma legislação social, assim como a movimentação política e industrial da classe trabalhadora. Foi justamente com essa tentativa de evitar os perigos totalmente novos do mecanismo de mercado que a acção protectora entrou em conflito fatal com a auto-regulação do sistema” (Polanyi, 2000: 106).

Polanyi argumenta que o mercado auto-regulável era uma invenção humana nova, sem paralelo na História. Porém, “nova” não significa “progressista”. Segundo Polanyi, nas fases de desenvolvimento humano do passado, a actividade económica exercia uma função social e, dessa forma, ajudava a sociedade a constituir-se como um todo. O trabalho estava incrustado nas relações sociais. A produção e a distribuição de bens nas sociedades tribais, feudais e mercantis não haviam criado um sistema económico distinto. Polanyi defende que o mercado auto-regulável, criado por intervenção estatal, era tão estranho às pessoas e tão devastador nas suas consequências que acabou por provocar, quase imediatamente, uma significativa contra-corrente destinada a preservar a sociedade e a terra.

Polanyi chega, pois, à conclusão de que a sociedade capitalista moderna é caracterizada por “um duplo movimento”: por um lado, o mercado auto-regulável suportado pelas classes comerciais e de proprietários e, por outro lado, a salvaguarda da sociedade por forças sociais que tentam proteger as pessoas, a

sua terra e a sua cultura. Por vezes, Polanyi refere-se ao primeiro movimento como aquele que procura o cego “progresso económico” e ao segundo como aquele que protege a “habitação”².

Segundo Polanyi, por causa deste duplo movimento, a sociedade industrial moderna, a despeito da novidade do mercado livre, não rompeu com as grandes ordens sociais do passado. A sociedade moderna continua a tentar proteger-se das forças que minam a sua solidariedade social e que ameaçam distorcer a sua relação com o ambiente natural. Este contra-movimento é aquilo a que Polanyi chama a Grande Transformação.

Nesta sua obra, Polanyi avança com dois argumentos distintos, um histórico e outro antropológico. O primeiro argumento é fundado na sua pesquisa da história económica e social da Inglaterra, entre o final do século XVIII e o final do século XIX. Ele demonstra que a história concreta de um país, o país no qual a industrialização começou, se assumiu como a origem do duplo movimento.

O segundo argumento é de teor diferente. Nele, Polanyi apela ao que chama de “não-modificação do homem como ser social” (Polanyi, 2000: 65). Apoiando-se numa aturada pesquisa antropológica, ele demonstra que, ao longo da história humana conhecida, a actividade económica sempre esteve incrustada nas relações sociais. Dado que o mercado auto-regulável, uma instituição única e sem paralelo, separa a economia da sociedade e faz perigar a última neste processo de separação, é de esperar que a sociedade gere um contra-movimento e se proteja da desintegração. Atentemos nestes dois argumentos em maior detalhe.

1.1. O Argumento Histórico

Na sua abordagem à história económica inglesa, Polanyi atribui grande importância à Lei *Speenhamland* de 1795 (Polanyi, 2000: 99-108), que, num dado

² O título do capítulo 3 de *A Grande Transformação* é “Habitação versus progresso” (51).

local, permitiu garantir um apoio aos pobres em consonância com uma escala que dependia do preço do pão. Rapidamente adoptada em toda a Inglaterra, a Lei *Speenhamland* representava o colectivismo tradicional dos *Tudors* e dos *Stuarts*, que imputava à sociedade a responsabilidade pelas vidas de todos os seus membros, reconhecendo-lhes o “direito de viver” (Polanyi, 2000: 100). No essencial, a Lei *Speenhamland* evitou a formação de um mercado de trabalho livre, algo que os proprietários das novas indústrias desejavam ardentemente. Segundo os teóricos do mercado auto-regulável, a fome e a determinação em sobreviver deveriam levar as pessoas a trabalhar nas fábricas, sendo os seus salários determinados pelo mecanismo do mercado. A ajuda pública aos pobres era vista como um obstáculo ao capitalismo industrial.

Em 1832, a classe burguesa assumiu o poder no Parlamento britânico e, logo em 1834, as tradicionais leis dos pobres foram abolidas. *Speenhamland* deixou de vigorar e as pessoas deixaram de estar amparadas pelo “direito de viver”. Uma vez que o *Poor Law Reform Act* de 1834 estabeleceu, em Inglaterra, o mercado de trabalho livre, Polanyi considerou aquela data como o início do capitalismo industrial moderno. O mercado auto-regulável foi reforçado por legislação posterior, entre a qual se destaca o *Bank Act* de 1844 e a revogação das *Corn Laws* em 1846 (Polanyi, 2000: 170).

As consequências foram devastadoras, não se circunscrevendo, segundo Polanyi, ao domínio da economia. Os estragos causados pelo mercado auto-regulável foram, acima de tudo, culturais. Ao promover o divórcio entre a actividade económica e a sua base nas relações sociais, o mercado livre destróçou os laços culturais (as instituições e os valores herdados), com os quais as pessoas constituíam a sua identidade. O novo sistema económico criou uma ruínosa anomia que, além de ter danificado a humanidade dos trabalhadores, afectou toda a sociedade, assim como a sua relação com o ambiente natural.

Chegados aqui, parece apropriado dizer que, tanto os cientistas políticos que apresentam a “teoria da dependência” neo-marxista como aqueles que

procuram refutá-la, nos oferecem uma análise puramente económica do impacto do desenvolvimento capitalista nos países em desenvolvimento. De facto, a existência sofrível e a desarticulação de muitas populações de países em desenvolvimento são bastante melhor compreendidas com a ajuda da teoria de Polanyi, com base na qual se poderá argumentar que a importação do desenvolvimento económico em estilo ocidental desincrusta efectivamente a actividade económica das relações sociais das pessoas e afasta as populações das matrizes sociais que asseguram as suas identidades culturais.

Em Inglaterra, o sistema de mercado livre, desregulado, não se manteve incontestado durante muito tempo. Polanyi mostra-nos que, desde os finais da década de 40 do século XIX, trabalhadores e outras pessoas procuraram criar organizações que lhes garantissem protecção contra a lógica do mercado livre. O próprio Parlamento britânico foi aprovando lei após lei no sentido de salvaguardar a sociedade e a terra das consequências destrutivas do mercado universal. Polanyi cita uma lista de iniciativas governamentais, compilada em 1884 por um horrorizado Herbert Spencer, que acusava o Partido Liberal de ter olvidado os seus princípios liberais e de ter aprovado legislação restritiva. Polanyi resumiu a lista de Spencer do seguinte modo:

‘Em 1860, concedeu-se permissão para que os ‘analistas de alimentos e bebidas fossem pagos através de impostos locais’; a isto seguiu-se um decreto autorizando a ‘inspecção das obras de gás’; uma ampliação do Mines Act ‘determinando penalidades para aqueles que empregassem meninos abaixo de doze anos que não frequentassem escolas e que não soubessem ler e escrever’. Em 1861, foi autorizado ‘aos guardiães da Poor Law tornar a vacinação obrigatória’; as juntas locais foram autorizadas ‘a fixar taxas de aluguer para os meios de transporte’; alguns órgãos de formação local ‘haviam assumido poderes para taxar a localidade por obras de drenagem e irrigação rural e para o fornecimento de água ao gado’. Em 1862, foi promulgado um decreto tornando ilegal ‘uma mina de carvão com apenas um poço’; um decreto concedeu ao Council of Medical Education o direito

exclusivo 'de suprir as farmacopeias, cujo preço será fixado pelo Tesouro'. (...) Em 1863, 'a vacina compulsória foi estendida à Escócia e à Irlanda'. Houve também um decreto nomeando inspectores 'para as condições de higiene dos alimentos'; um Chimney-Sweeper's Act (Decreto sobre Limpadores de Chaminés) para impedir a tortura e a morte eventual de crianças que limpavam aberturas muito estreitas; um Contagious Diseases Act (Decreto sobre Moléstias Contagiosas); um Public Libraries Act (Decreto sobre Bibliotecas Públicas), concedendo poderes locais 'pelos quais uma maioria pode taxar uma minoria pelos seus livros' (Polanyi, 2000: 177).

O que estava a acontecer, segundo Polanyi, era a auto-organização da sociedade, por vezes com a ajuda do governo e outras vezes apesar do próprio governo, com vista à protecção das pessoas e da terra contra as forças desintegrantes do sistema de mercado. A democracia política tornou possível a formação de uma "sociedade civil" que era distinta do Estado. Por outras palavras, surgiu um conjunto complexo de instituições, associações, movimentos e redes, que veio permitir a participação das pessoas na moldagem do seu mundo social.

Na sua interpretação da Inglaterra do século XIX, Polanyi revela-se como um pensador reformista. Ele tinha pouca simpatia pela teoria marxista defensora de que, numa sociedade capitalista, as acções do governo tinham necessariamente como objectivo a protecção dos interesses da classe capitalista. Ele rejeitava a ideia de que a ordem política, neste caso a democracia, fosse simplesmente uma superestrutura que reflectisse as relações de poder definidas em termos económicos. Polanyi reconhecia a realidade da luta de classes em Inglaterra: admirava os esforços colectivos de trabalhadores e de pessoas comuns dedicados à construção de organizações socialistas, cooperativas e laborais, procurando a sua defesa contra o sistema de mercado auto-regulável. No entanto, descartava a ideia de que a luta de classes pudesse por si só ser a chave para a compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade.

O ponto crucial para Polanyi é saber por que razão determinadas lutas de classe falham e outras vingam. Ele defendia que uma luta de classe provavelmente alcançaria os seus objectivos se superasse uma concepção estreita dos seus interesses e se almejasse, isso sim, a protecção da sociedade como um todo. A ser esse o caso, essa luta encontraria, muito provavelmente, apoio junto de pessoas de outras classes e, eventualmente, influenciaria a direcção da política governamental.

No contexto desta reflexão, Polanyi oferece-nos uma cuidada definição do seu conceito de duplo movimento. Polanyi escreveu que o duplo movimento “pode ser personificado como a acção de dois princípios organizadores da sociedade, cada um deles determinando seus objectivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o princípio do liberalismo económico, que objectivava estabelecer um mercado auto-regulável, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre comércio como seus métodos. O outro foi o princípio da protecção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afectados pela acção deletéria do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protectora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos” (Polanyi, 2000: 163).

Aqui percebe-se claramente que Polanyi não é um pensador funcionalista. O contra-movimento de protecção não é, pois, produto da sociedade actuando de acordo com a sua lógica interna, mas antes o trabalho de grupos específicos da sociedade que, baseados nas suas heranças culturais e preocupados com o seu bem-estar material, escolhem proteger-se a si próprios, assim como à sociedade a que pertencem. O seu esforço não é “necessário”, não faz parte da natureza das coisas; é sim escolhido livremente e é falível.

Polanyi acreditava que a experiência histórica da Inglaterra do século XIX se havia repetido noutros países à medida que se foram encaminhando para o capitalismo industrial. Foi também nesta base que ele propôs a sua teoria do duplo movimento. Polanyi defendia que o conflito entre o mercado auto-regulável e a sociedade civil era uma característica permanente dos países capitalistas. Ele sustentava ainda que, no longo prazo, o mercado auto-regulável e a democracia seriam irreconciliáveis. Ou o mercado livre daria lugar a uma economia social, mais cooperativa, ou, caso o mercado livre viesse a subsistir, acabaria por depender crescentemente de regras protectoras autoritárias ou mesmo fascistas.

1.2. O Argumento Antropológico

Voltemo-nos agora para o segundo argumento fundador do duplo movimento, aquele que se baseia na pesquisa antropológica de Polanyi sobre o papel da economia em formas de sociedade pré-modernas. Polanyi mostra-nos que, ao longo da história, a actividade económica sempre esteve incrustada nas relações económicas: a economia, em resumo, era acessória à sociedade. A separação entre economia e sociedade trazida pelo mercado auto-regulável foi, pois, feita ao arrepio da experiência da raça humana. Esta separação reverteu a ordem das coisas: a sociedade tornou-se acessória da economia, as pessoas e a terra passaram a ser elementos constituintes do processo económico. Visto que a constância da história económica pré-moderna nos revela a natureza da sociedade humana, Polanyi argumentava que deveríamos esperar que uma sociedade posta em causa pelo mercado auto-regulável se viesse a mobilizar em favor da sua auto-protecção.

Durante a sua carreira, Polanyi foi ficando cada vez mais fascinado pela pesquisa antropológica. A sua maior contribuição empírica para as ciências sociais foi o seu extenso trabalho sobre as economias de sociedades tribais. Ele

acreditava que as sociedades tribais, por meio da sua simplicidade, nos revelavam mais claramente a natureza da actividade económica.

Nas sociedades mais simples, Polanyi reconheceu dois tipos de actividades económicas, a que deu o nome de “reciprocidade” e de “redistribuição” (Polanyi, 2000: 67). Os membros de sociedades tribais tinham relações simétricas, o mesmo é dizer que os serviços que prestassem eram, de uma forma ou de outra, retribuídos. As pessoas ajudavam-se umas às outras, contavam umas com as outras, davam livremente e recebiam livremente. Contudo, as sociedades simples também possuíam uma autoridade central capaz de garantir assistência aos excluídos, aos esfomeados ou aos doentes, funcionando assim como um agente de redistribuição. Quando os pertences de alguém eram destruídos, o chefe certificava-se que os outros membros da tribo acudiam à pessoa em dificuldades. A reciprocidade e a redistribuição eram actividades económicas que promoviam a coesão social. A produção e a distribuição de bens e a prestação de serviços eram acções que confirmavam e estabilizavam as relações sociais.

A terceira actividade económica, à qual Polanyi deu o nome de “domesticidade” (Polanyi, 2000: 73), foi encontrada em famílias alargadas que viviam relativamente independentes da tribo. A domesticidade providenciava a maior parte dos bens e dos serviços de que estas famílias necessitavam. As famílias alargadas eram instituições que buscavam a auto-suficiência.

Polanyi insistia na ideia de que as formas primevas de vida económica, definidas pela reciprocidade, pela redistribuição e pela domesticidade, não incluíam mercados. Divergia, assim, de economistas e de filósofos liberais que afirmavam que os seres humanos haviam sempre sido, e eram-no por natureza, negociantes e regateadores, que o mercado local era, portanto, a primeira instituição económica e que, finalmente, o capitalismo de mercado moderno não era mais que o culminar evolutivo da mais simples forma de vida económica. Para refutar esta teoria genericamente aceite, Polanyi apresentou uma análise da génese e dos papéis dos mercados nas sociedades pré-modernas.

A pesquisa histórica revelou-nos duas espécies de mercados: o mercado externo, no qual se trocavam bens trazidos de terras distantes; e o mercado interno, no qual se permutavam bens produzidos em comunidades locais. Estes dois mercados tinham origens e funções diferentes e estavam rigorosamente separados. A primeira forma de comércio externo existiu durante muito tempo sem um mercado competitivo. Uma vez que o comércio externo encorajava o uso de dinheiro, ele tendia a concentrar-se em cidades, especialmente em portos, não se tendo tornado, contudo, uma instituição universal.

Em contraste, o mercado interno ou local foi competitivo desde o início, envolvendo permuta e regateio, sem que, no entanto, pressupusesse necessariamente dinheiro. As pessoas produziam de acordo com as suas próprias necessidades, mas os seus excedentes, os bens que não utilizariam, eram canalizados para o mercado a fim de serem trocados por outros bens. Estes mercados eram controlados com o fito de proteger a paz da comunidade local. As trocas eram ritualizadas e os dias e as horas de funcionamento eram limitados. Os mercados locais acabaram por se difundir um pouco por todo o lado. Eles apresentavam a mesma estrutura básica mas não substituíam as actividades económicas tradicionais de reciprocidade, redistribuição e de domesticidade. Estes mercados não foram tão-pouco o ponto de partida para o comércio interno a nível nacional.

Na Europa Ocidental, o comércio interno à escala nacional foi tornado possível pela intervenção do Estado. Polanyi mostra-nos que a índole local dos mercados internos foi sendo progressivamente anulada pelas políticas mercantilistas adoptadas pelos monarcas. Tal fenómeno começou por ocorrer em Inglaterra e em França. Mais tarde, seria o poder do Estado exercido pela bem sucedida classe burguesa que removeria as barreiras tradicionais, os costumes locais, bem como os direitos comunitários herdados, acabando por criar o sistema de mercado livre.

A estruturação dos mercados regionais num mercado único, independente e auto-regulável não resultou da natural expansão dos mercados locais. Tratou-se antes de uma criação artificial, trazida pelo poder político exercido sobre o corpo social, acompanhando um fenómeno igualmente artificial, a produção industrial em fábricas. Durante a Revolução Industrial, pela primeira vez na história, a sociedade tornou-se um acessório do sistema económico. Não foi, pois, de espantar que a sociedade se tivesse defendido deste processo.

Da análise dos argumentos histórico e antropológico de Polanyi, podemos concluir que a teoria do duplo movimento é apresentada não como uma lei da história mas simplesmente como uma tendência histórica. Tornou-se claro que Polanyi não era um funcionalista nem um proponente de uma teoria dialéctica da história. Ele rejeitava a perspectiva evolucionista e também a ideia de progresso necessário que, no seu tempo, dominavam a teoria social à direita e à esquerda do espectro político. Polanyi recusava-se a olhar para a modernidade como o ponto alto do desenvolvimento histórico da humanidade. Para ele, era absurdo interpretar a rica variedade de culturas tradicionais apenas como etapas de preparação para os feitos supostamente superiores da idade científico-tecnológica. Ele defendia que estas grandes culturas incorporavam uma sabedoria humana profunda, fornecedoras ainda hoje de exemplos de humanidade a partir dos quais podemos e devemos aprender.

Ao rejeitar a perspectiva evolucionista, a teoria do duplo movimento traz-nos esperança e direcção para o futuro. As pessoas parecem estar preparadas para se protegerem a si próprias e à sua habitação.

2. Alcance e Actualidade da Obra de Karl Polanyi

Quando Ronald Reagan e Margaret Thatcher, apoiados pela elite capitalista da altura, abandonaram o capitalismo keynesiano prevalecente desde o final da II Guerra Mundial e passaram a adoptar políticas económicas monetaristas, a

economia foi regressando gradualmente às práticas do sistema de mercado auto-regulável, desta feita a uma escala global. Como consequência, a sociedade tem experimentado profundas transformações. Sofremos hoje de desemprego massivo, de pobreza crescente, de uma maior insegurança social, de desintegração cultural e da marginalização de cada vez mais sectores da população. Karl Polanyi ajuda-nos a analisar os estragos causados pelo sistema de mercado auto-regulável, mas terá a sua teoria do duplo movimento alguma validade nos dias que correm? Para analisar a relevância contemporânea de Polanyi, tentarei explorar algumas das suas ideias que nos ajudam a compreender muitos dos dilemas humanos e, ao mesmo tempo, a descobrir as possibilidades não concretizadas do presente.

2.1. A Descoberta da Sociedade

Polanyi rejeitava tanto a perspectiva evolucionista como a ideia de progresso necessário. Ele não acreditava que a história humana se desenrolasse através de diversas etapas até uma consumação final. Recusava-se a olhar para as ricas e variadas culturas da antiguidade como meras preparações da sociedade supostamente mais perfeita dos tempos modernos. Ele lamentava ainda que a sociedade moderna dependesse cada vez mais da racionalidade instrumental e considerasse as reflexões sobre ética e valores como pouco científicas. Polanyi pensava, pelo contrário, que os povos antigos exibiam uma grande sabedoria na organização das suas comunidades, uma sabedoria a partir da qual podemos e devemos aprender nos tempos actuais.

Apesar de tudo, Polanyi não desprezava o Iluminismo. Ele apreciava muito o surgimento da consciência “civil”, ou seja, da consciência autónoma da pessoa que se reconhecia a si própria como agente responsável. Esta proeza ética havia sido produto dos primórdios do Iluminismo, antes deste se ter deixado dominar pelo racionalismo instrumental. Torna-se, assim, possível fazer uma aproximação do pensamento de Polanyi ao enquadramento intelectual dos filósofos da Escola

de Frankfurt, que criticavam o Iluminismo sem o repudiarem completamente (Jay, 1996).

De acordo com a Escola de Frankfurt, o Iluminismo tinha, originalmente, duas dimensões: a “razão instrumental ou científico-tecnológica” e a “razão prática ou ética”. Todavia, devido ao sucesso do capitalismo industrial, ao avanço da ciência e à riqueza produzida pela classe burguesa, a razão instrumental passou a ser vista como a única forma válida de conhecimento e as reflexões éticas foram crescentemente consideradas como não racionais, como questões do foro sentimental. Uma vez privado da sua dimensão ética, o Iluminismo adoptou uma visão puramente instrumental dos seres humanos e do seu ambiente natural, tornando-se, assim, num obstáculo à humanização da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, os pensadores da Escola de Frankfurt, receavam que o voltar as costas ao espírito da modernidade pudesse fazer perigar a herança de direitos humanos proporcionada pelo Iluminismo. O que eles propuseram, portanto, foi a “negação dialéctica” do Iluminismo, um conceito que implicava um exercício intelectual em duas partes: em primeiro lugar, a crítica e a descentralização da razão instrumental e a rejeição do cientismo; e em segundo lugar, a recuperação da dimensão ética originalmente associada ao Iluminismo. A obra de Polanyi parece, pois, encaixar-se neste quadro teórico de “crítica” e de “recuperação”.

Para Polanyi, como já vimos, o aspecto destrutivo da sociedade moderna estava no sistema de mercado auto-regulável, introduzido na sociedade pelo poder estatal, que criou indivíduos isolados, competitivos, acabando por romper os laços de solidariedade social, a matriz do bem-estar humano. Ele mostrou-nos como o capitalismo desregulado desincrustava as actividades económicas das pessoas das suas relações sociais, conduzindo-as ao desenraizamento, à perda de identidade e à fraqueza espiritual. Polanyi identificou uma contradição curiosa no sistema de mercado. Por um lado, este sistema, para que funcionasse de forma eficiente, dependia de muitos factores culturais: de virtudes como a honestidade, a confiança, a diligência e a responsabilidade e ainda de grupos de apoio como as

famílias, os bairros e as comunidades. Por outro lado, o sistema de mercado minava estes factores culturais provenientes da tradição ao introduzir na sociedade fragmentação e instabilidade.

Porém, Polanyi não rejeitava os mercados nem a industrialização. O que ele esperava era o surgimento de um contra-movimento na sociedade industrial que levasse a uma recuperação da solidariedade social e que criasse condições para que os mercados e as indústrias servissem a comunidade humana, em vez de a destruírem.

Ainda que Polanyi tenha sido um crítico acérrimo do sistema de mercado auto-regulável, ele também se opunha à ideia de que só o Estado deveria ter o poder de regulação da economia. Ele acreditava que os mercados eram instituições necessárias nas sociedades modernas. Logo no início da década de 20 do século XX, rejeitou o comunismo da União Soviética e contestou os pensadores marxistas que desejavam eliminar os mercados e colocar a economia a cargo do Estado. Na década de 30, em choque com o fascismo, Polanyi apoiou políticas e governos social-democratas, sem que, no entanto, tivesse dedicado toda a sua atenção às lutas políticas. Para ele, os problemas da economia tinham uma raiz social e não política, logo teriam que ser resolvidos através de uma transformação social e cultural. O poder do Estado, por si só, não os conseguiria resolver.

Se nem o mercado nem o Estado tinham a resposta para os problemas da sociedade moderna, onde é que esta poderia ser encontrada? Para Polanyi, a palavra-chave era sociedade. Dado que a sociedade era complexa, opaca e ambígua, as acções humanas poderiam vir acompanhadas de consequências inesperadas. Ao mesmo tempo, Polanyi acreditava que a sociedade tinha uma realidade substantiva que gerava energia para a mudança social. Assim, ele olhava para a sociedade como a matriz do contra-movimento. As pessoas que viviam em comunidades organizadas eram capazes de resistir às forças do mercado ou do Estado que ameaçavam eliminar as suas habitações. Polanyi defendia que a sociedade não passava de um conjunto de relações entre pessoas

e que, sempre que estas relações fossem subjugadas por forças externas, as pessoas sentiriam um chamamento interior para se tornarem activas na transformação social. A descoberta da sociedade significava tudo isto para Polanyi. A este respeito, ele antecipou-se ao que sociólogos, mais tarde, chamariam de “sociedade civil”, a partir de estudos de movimentos sociais.

2.2. Para Além do *Homo Oeconomicus*

Polanyi repudiava o conceito de *homo oeconomicus*; os seres humanos não eram meros maximizadores de utilidade. Nos seus estudos antropológicos, Polanyi demonstrou que as actividades económicas das pessoas nunca haviam sido puramente económicas; elas desempenhavam também funções culturais e sociais. Foi só nas sociedades de mercado modernas que a auto-preservação e a auto-promoção se tornaram no motivo preponderante para as acções das pessoas. Estas passaram a pensar que teriam de se definir a elas próprias através da sua luta pela melhoria das suas condições materiais. O que despontou como resultado foi um novo egoísmo e uma nova solidão. Esta preocupação individual materialista era, no entanto, uma criação colectiva, o produto cultural de um sistema económico particular.

Os economistas clássicos assumiram a validade do *homo oeconomicus*. Dado que as pessoas eram vistas como maximizadores de utilidade, acreditava-se que o seu comportamento seria previsível. Hoje em dia, podendo a utilidade ser expressa em termos quantitativos, os economistas do *mainstream* olham para a economia como uma ciência exacta. Segundo estes economistas, é possível não só descobrir leis que descrevam o funcionamento da economia mas também prever o que acontecerá no futuro e especificar as consequências de curto e de longo prazo de mudanças na organização da economia.

Polanyi era um economista que não encarava a economia como uma ciência exacta. Ao reconhecer uma dimensão cultural e social nas actividades

económicas das pessoas (o seu trabalho diário, as compras e o seu comércio, as suas poupanças, o seu consumo), ele procurou suplantar as categorias económicas em favor de categorias sociológicas. Por exemplo, em vez de caracterizar a pobreza em termos de exploração, perda de rendimento ou falta de fundos, ele preferia referir-se-lhe em termos de desarticulação social, de humilhação cultural ou de perda de respeito próprio.

Polanyi propôs uma nova abordagem ao estudo da economia. Em vez de olhar exclusivamente para a “economia formal”, isto é, para a actividade económica instituída com vista à realização do lucro, ele apresentou a “economia substantiva”. Neste conceito, Polanyi incluía todas as actividades económicas instituídas, fizessem elas parte da economia “formal” ou da economia “informal”, que resultassem na produção e na distribuição de bens materiais. Enquanto a economia *mainstream* se dedicava quase inteiramente ao estudo da economia formal, aquela que ficava registada e que era espelhada na contabilidade nacional, Polanyi também examinou as actividades económicas tradicionais que sobreviviam na sociedade moderna: formas de redistribuição, costumes de reciprocidade, fóruns de trocas não lucrativas e ainda fenómenos de produção a uma escala reduzida, não registada. Ele sustentava que, sem esta economia informal, sem os inúmeros pequenos serviços prestados entre os membros de uma família, entre amigos e entre vizinhos, a sociedade não conseguiria sobreviver.

Estando esta economia informal incrustada nas relações sociais, ela distingue-se da economia formal, podendo mesmo remediar algum do isolamento e da fragmentação causados pelo sistema de mercado. Existiam, pois, razões sociais e não apenas económicas que justificavam, segundo Polanyi, a promoção da economia informal.

Para Polanyi, os seres humanos eram seres culturais. Ele admirava as sociedades tradicionais nas quais o trabalho realizado pelas pessoas assim como os seus sonhos para o futuro eram integrados na comunidade a que pertenciam e, por isso, lamentava a desintegração social provocada pelo sistema de mercado

auto-regulável. As pessoas passaram a trabalhar para elas próprias e a alimentar sonhos essencialmente privados. Polanyi denunciou os *mass media* que, através da sua influência sobre a opinião pública, tornaram as pessoas cada vez mais auto-centradas, deixando-lhes pouco espaço para o pensamento crítico, além de terem comprometido as fontes culturais da solidariedade social.

Esta cultura dominada pelo mercado faz crescer continuamente as necessidades e os desejos das pessoas, que se vêem como não tendo o que desejam e, portanto, estando, de algum modo, em desvantagem. É claro que o sistema de mercado consegue suprir muitas dessas necessidades, mas fá-lo de uma forma impessoal, deixando as pessoas tão afastadas e tão isoladas quanto estavam anteriormente. Segundo Polanyi, até o moderno Estado social, ao redistribuir a riqueza pública de uma forma essencialmente burocrática, se mostra incapaz de resgatar as pessoas do seu desamparo. Polanyi não acreditava que a consideração dos seres humanos em termos das suas necessidades, ainda que fossem as suas necessidades básicas, pudesse ser proveitosa. Essa abordagem identificava as pessoas como seres a quem, por natureza, falta sempre algo e Polanyi preferia olhar para as pessoas como seres criadores capazes de inventar a cultura que os acolheria.

Pela mesma razão, Polanyi, apesar de ter estudado em pormenor o impacto opressivo do sistema económico ocidental, não gostava de se referir às pessoas como “vítimas” ou como “oprimidas”. Ele acreditava que, mesmo em condições de opressão, as pessoas concretizavam, muitas vezes, o seu potencial humano para inovarem e para protegerem as suas comunidades.

Importa referir aqui que Polanyi não era um nostálgico do passado. Ele não era um conservador que pretendia, a todo transe, proteger as sociedades tradicionais da mudança social. Ele apercebeu-se que as culturas tradicionais continham estruturas de dominação que significavam pesados fardos para determinados sectores da população, que exigiam uma conformidade ritual que não permitia a maturação da consciência das pessoas e o seu reconhecimento da

totalidade da vocação humana. Estes eram aspectos que Polanyi não hesitava em considerar como elementares para a natureza humana. Encerrando as sociedades tradicionais alguns padrões de desigualdade, também a elas faltava transparência, também elas falhavam em ser relações entre as pessoas. Apesar de Polanyi ter tido uma visão bastante convencional do papel da mulher na sociedade, a sua exigência de transparência, de igualdade e de co-responsabilidade parecia conter um impulso feminista implícito que, ele próprio, não explorou.

Polanyi reconhecia o impacto que a cultura e as instituições dominantes exerciam na percepção que as pessoas tinham de si próprias, mas não acreditava que elas fossem totalmente definidas pelo sistema a que pertenciam. Mesmo na moderna sociedade capitalista, as pessoas não são completamente determinadas pelas suas motivações económicas. Nas suas vidas diárias, elas ainda praticam o amor, a amizade e a solidariedade. Polanyi confiava que as pessoas, ao nível da sua comunidade, continuavam a ser capazes de responder de forma imaginativa quando se tratava de proteger as suas comunidades e o ambiente natural. Ele recusava o pressuposto apresentado quer pelos liberais quer pelos marxistas segundo o qual as pessoas nunca agiam em benefício do bem comum ou em favor da sociedade considerada como um todo. Sendo a identidade das pessoas socialmente definida, Polanyi insistia que as pessoas estão, muitas vezes, dispostas a incorrer em grandes sacrifícios na protecção da matriz comunitária a que pertencem. Ele via nesta predisposição a raiz do contra-movimento.

2.3. A Relevância Contemporânea de Karl Polanyi

Dado que, para Polanyi, o principal defeito do sistema de mercado auto-regulável era a desincrustação da economia das relações sociais que constituíam a sociedade, poderá perguntar-se se ele acreditava ser possível a “reincrustação” da actividade económica numa sociedade industrial complexa como a dos nossos dias. Polanyi referia que a sua ideia de uma economia industrial descentralizada,

participativa, que criasse relações sociais em vez de as comprometer, não era algo totalmente novo. Já no século XIX, Robert Owen havia criado um modelo de industrialização alternativo, no qual se encarava a organização da sociedade como uma federação de vilas e de cidades cooperativas. Mais tarde, o socialismo de guilda britânico viria a defender a democratização da economia através do advento de indústrias detidas pelos trabalhadores, de instituições financeiras cooperativas sem fins lucrativos e de empresas com raízes comunitárias.

Como já foi referido, Polanyi demonstrou, a partir dos seus estudos antropológicos, que, nas sociedades simples, a actividade económica era constituída pela domesticidade, pela reciprocidade, pela redistribuição e pela troca. Estas actividades desempenhavam uma função de construção da comunidade. Em contraste, na sociedade complexa dos nossos dias, a troca monetária altamente formalizada que ocorre no sistema de mercado (incluindo a troca de trabalho por salários) tornou-se a principal actividade económica. Ela é completamente quantificável, despersonalizada e está longe de gerar qualquer sentido de comunidade. A actividade económica no Estado social também pressupõe a redistribuição da riqueza, porém, esta tende a ser feita de uma forma burocrática, pelo que não chega a promover a criação de relações pessoais.

Para que a actividade económica numa sociedade industrial seja novamente incrustada nas relações sociais das pessoas, é necessário que promova o princípio cooperativo em cada nível da produção industrial e que estimule a economia informal. A produção, a uma escala reduzida, de comida, de roupas e de mobiliário, em casa ou numa base cooperativa, entre amigos e vizinhos, e a prestação de serviços por grupos de apoio à comunidade podem facultar às pessoas muitos dos bens essenciais ao seu bem-estar material e, ao mesmo tempo, podem criar uma cultura de solidariedade. Uma vez que a economia informal está incrustada nas relações sociais, a sua promoção ajudaria a moldar também a futura orientação da economia formal.

A crise económica dos nossos dias faz-nos invocar a situação vivida nas décadas de 20 e de 30 do século passado, quando o sistema de mercado auto-regulável, sem qualquer tipo de controlo, não conseguiu fornecer trabalho e pão às classes trabalhadoras das sociedades ocidentais, causando uma desintegração social e cultural generalizada. Nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, as condições viriam, no entanto, a melhorar, assumindo os governos uma maior responsabilidade pelo bem-estar das suas populações. Impulsionados pelo movimento laboral e por partidos social-democratas e guiados ainda por princípios económicos keynesianos, os governos destas sociedades desempenharam um papel activo na revitalização das economias nacionais e na redistribuição, através de várias medidas de protecção social, de alguma da riqueza produzida. Estes tempos ficaram marcados por um contrato implícito entre as forças capitalistas e as classes trabalhadoras, o que permitiu garantir o pleno emprego, a segurança social e o respeito pelos sindicatos laborais.

Tal situação histórica viria a modificar-se no início da década de 80 e o contrato foi-se rompendo à medida que os governos introduziam políticas monetaristas, encorajavam o regresso ao mercado auto-regulável e promoviam a globalização da economia competitiva. Esta é a situação em que nos encontramos hoje. Visto que os governos devem agora obedecer às leis da competição global, oferecendo, por isso, condições favoráveis às empresas multinacionais que permitam a sua manutenção nos seus países, deixaram de conseguir proteger os interesses económicos das suas populações. Assistimos ao aumento brutal do desemprego, à manutenção da pobreza e da fome, à destruição de comunidades, ao alastramento do desespero e a um sentimento crescente de impotência. O que está a acontecer em muitas regiões e em muitos bairros urbanos e suburbanos é a desintegração social, é o rompimento dos laços sociais que estruturam as comunidades.

Algumas regiões e alguns países do Norte, tendo-se tornado dependentes de comida e de roupa produzidas a baixo custo em lugares longínquos, padecem

agora de desintegração social e económica e vão perdendo a capacidade e a vontade de se alimentarem e de se vestirem a si próprios. Ao mesmo tempo, as regiões e os países do Sul que se vêem obrigados a produzir bens para exportação com destino ao Norte mostram-se incapazes de alimentar, vestir e alojar as suas próprias populações. A globalização da economia parece ter levado a uma desincrustação universal da economia, mesmo numa área como a agricultura, que durante muito tempo resistiu à racionalização económica e permaneceu como um modo de vida para muitas famílias e comunidades.

O regresso do mercado auto-regulável é sustentado por uma corrente intelectual, projectada genericamente nos meios de comunicação social, que louva o capitalismo contemporâneo como o pináculo da evolução humana. A mensagem que recebemos de forma quase constante é a de que uma alternativa ao sistema actual é simplesmente impossível. Esta ideologia dominante, para além de minar os recursos culturais da solidariedade social, procura também impedir que pensamentos críticos se façam ouvir.

Existem contra-movimentos nas sociedades dos nossos dias? Na década de 60 e de 70, emergiram muitos movimentos sociais, nomeadamente movimentos pelos direitos civis, movimentos de mulheres, movimentos pela paz e movimentos ecológicos. Alguns sociólogos sugeriram que o que se passava na altura era a auto-organização da “sociedade civil”, em resistência ao poder burocrático exercido tanto pelos Estados como por grandes empresas privadas. Naquele período, muitos activistas e alguns pensadores políticos estavam, de facto, convencidos que os movimentos sociais eram agentes de reforma que conseguiriam transformar e humanizar a sociedade moderna.

Alguns observadores sustentam que os movimentos sociais perderam algum ímpeto nos últimos anos. O regresso a uma economia *laissez-faire* produziu novas formas de desarticulação e de desintegração, desencadeando um pessimismo cultural e uma passividade social. Outros observadores preferem

apontar a nova orientação adoptada pelos movimentos sociais, mesmo que o tamanho desses movimentos seja reduzido.

Polanyi ajuda-nos, de facto, a interpretar a actual situação. Parece haver um paralelo entre as condições económicas das décadas de 20 e de 30 e a situação económica dos nossos dias, vislumbrando-se algumas contra-correntes na sociedade contemporânea correspondentes à teoria de duplo movimento de Polanyi, que procuram recriar identidades sociais e proteger habitações.

Em várias sociedades ocidentais, tendo algumas pessoas deixado de acreditar que os governos serão capazes de recuperar rapidamente a economia, procuram elas próprias novas formas de cooperação económica, seja a nível comunitário seja no sector industrial. Iniciativas de pessoas de bairros de baixos rendimentos combinadas com os esforços de organizações comunitárias, muitas vezes apoiadas por ajuda financeira proveniente de empresas e do governo, produziram micro-sistemas de produção que suprem necessidades locais, de que são exemplo cozinhas comuns, lojas administradas em conjunto, negócios de reparações em casas e esforços levados a cabo para cultivar vegetais em quintais. Estas iniciativas também incluem associações de crédito criadas por organizações comunitárias que possibilitam às pessoas o acesso a capital a baixas taxas de juro, empregue em projectos económicos que servirão a comunidade. O desenvolvimento destes diversos esforços cooperativos constitui uma tendência na sociedade que o próprio Polanyi reconheceria como um contra-movimento. Os objectivos dos projectos associados a este movimento não são apenas económicos. Pelo contrário, o seu propósito é essencialmente social. Através destes projectos, as pessoas aprendem a interagir através de conversas e de planeamento, tornam-se parceiras numa mesma iniciativa, desenvolvem amizades, além de encontrarem sentido e até mesmo excitação para as suas vidas. Neste movimento, as pessoas são resgatadas do seu isolamento e do seu desamparo. O resultado é a reincrustação da actividade económica nas relações sociais. Um académico, invocando a análise da economia substantiva de Polanyi, chegou

mesmo a sugerir que estes movimentos populares representam “o regresso da reciprocidade” à sociedade moderna (Hettne, 1990).

Os esforços cooperativos acontecem a nível comunitário mas estão também presentes em muitos projectos no sector empresarial. No passado, os trabalhadores contribuíam para a produção industrial apenas com o seu trabalho braçal; a sua contribuição intelectual não era sequer considerada. Argumenta-se, hoje em dia, que a produção pode ser significativamente melhorada se os gestores permitirem a participação dos trabalhadores em todos os níveis do processo industrial. Sustenta-se ainda que o conflito de classes entre capital e trabalho dentro das empresas afecta a produção, além de prejudicar proprietários e trabalhadores. Pode o conflito ser substituído pela cooperação? Existem já empresas nas quais tanto gestores como trabalhadores, conscientes do potencial auto-destrutivo associado ao conflito permanente, procuraram um sistema industrial que se baseasse antes na cooperação.

Estes movimentos destinados a criar modelos de desenvolvimento económico alternativos, locais ou regionais, assumem-se, pois, como contra-movimentos na acepção da teoria social de Polanyi, apesar de ainda serem relativamente pequenos e de se verem ameaçados pela falta de apoios. Ainda que estas iniciativas alternativas sejam incapazes de, por enquanto, desafiar o capitalismo empresarial global, elas criam solidariedade, tornam a vida mais saudável e mais alegre para muitas pessoas e geram novas ideias e práticas que podem ajudar a transformar o actual sistema económico. O grande encanto da teoria social de Polanyi é o de oferecer esperança, de encorajar a acção e de descobrir nas pessoas comuns as suas potencialidades escondidas.

Conclusão

Polanyi acreditava na presença implícita de uma ética de solidariedade e de responsabilidade entre as pessoas que, em tempos de crise, as convocava a

defenderem a sua comunidade, a sua habitação e o seu ambiente natural. Esta ética de solidariedade e o desejo das pessoas viverem vidas dignas constituíam a origem social do que Polanyi designava por duplo movimento. Factos históricos demonstram a existência desta contra-corrente, de que são exemplo os esforços bem sucedidos de imposição de limites ao sistema de mercado auto-regulável, desenvolvidos a partir de meados do século XIX. Polanyi demonstrou também que, na história da humanidade anterior à chegada do capitalismo industrial e do mercado auto-regulável, as actividades económicas das pessoas estavam incrustadas na sua sociedade, que serviam, assim, para fortalecer os seus laços sociais, a sua matriz cultural e a sua identidade colectiva. O enraizamento da humanidade na sua história e a força da contra-corrente verificada após a Grande Depressão convenceram Polanyi de que aconteceria uma grande transformação a seguir à II Guerra Mundial, que acabaria por conduzir a uma reincrustação das actividades económicas das pessoas nas suas existências sociais e culturais.

Nas décadas mais recentes, esta reincrustação não se verificou. Subsiste, no entanto, a questão de saber se a actual globalização do sistema de mercado livre será, também ela, posta em causa por um contra-movimento assente no desejo colectivo das pessoas defenderem a sua comunidade, a sua terra e a sua habitação. Esse contra-movimento faz-se, de facto, sentir nos dias que correm. Deparamo-nos com ele sobretudo nos sectores mais desfavorecidos das sociedades, mobilizando pessoas na criação de modelos de desenvolvimento económico alternativos, de escala reduzida, que, para além de aliviarem as suas dificuldades económicas, geram uma consciência de solidariedade comunitária e social. O movimento é reconhecidamente pequeno, mas existe. Quem sabe se não crescerá a breve trecho?

Neste trabalho, procurei demonstrar que, a despeito do individualismo e do utilitarismo reinantes na sociedade contemporânea, o nosso mundo não está completamente despojado de valores solidários, de símbolos históricos e de instituições sociais que consigam produzir uma corrente cultural reparadora e que

façam avançar uma ética de preocupação comunitária e de solidariedade social. A esperança trazida pela teoria de Polanyi afasta as pessoas de qualquer sentimento de impotência, o que só vem reforçar o contra-movimento já existente na sociedade. É precisamente a ausência do conceito de inevitabilidade na teoria de Polanyi assim como o seu reconhecimento do poder da acção humana que tornam as ideias deste pensador tão apelativas e libertadoras.

Bibliografia

- BLOCK, F. (2001), "Introduction", in Polanyi, K. (2001), *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, Beacon Press.
- HETTNE, B. (1990), "The Contemporary Crisis: The Rise of Reciprocity", in Polanyi-Levitt, ed., *The Life and Work of Karl Polanyi (Critical Perspectives on Historic Issues)*, Black Rose Books, pp. 208-220.
- HETTNE, B. (2004), "Karl Polanyi and the Search for World Order", Essays, Commentaries, and Reviews – Karl Polanyi Institute of Political Economy, URL: <http://artsandscience.concordia.ca/polanyi/pdfs/Hettne-2004.pdf>
- JAY, M. (1996), *The Dialectical Imagination: A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*, University of California Press, Berkeley.
- MAYHEW, A. (2000), "Review of Karl Polanyi «The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time»", Economic History Services, June, URL: <http://eh.net/bookreviews/library/polanyi.shtml>
- MOMMEN, A. (2004), "The Great Transformation Revisited", in Development and Regionalism Conference – Karl Polanyi's Ideas and the Contemporary World System Transformation, Novembro de 2004, Budapeste.
- POLANYI, K. (2000), *A Grande Transformação: As origens da nossa época*, 9ª edição, Editora Campus, Rio de Janeiro. Tradução de *The Great Transformation*, publicado, originalmente por Reinhart & Company (1944).
- POLANYI-LEVITT, K. (1994), "Toward alternatives: re-reading The Great Transformation", in Karl Polanyi Institute of Political Economy 1994 conference, Novembro de 1994, Viena.
- RENDUELES, C. (2004), "Karl Polanyi o la humildad de las ciencias sociales", *NEXO: Revista de Filosofía*, Núm. 2, pp. 155-166.